

FUTEBOL E RACISMO: ALGUMAS REFLEXÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

SOCCER AND RACISM: SOME REFLECTIONS IN THE SCOPE OF SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

FÚTBOL Y RACISMO: ALGUNAS REFLEXIONES EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Marinete da Frota Figueredo¹

Marlon Messias Santana Cruz²

Resumo: Este escrito desdobrou-se de uma experiência referente à tematização do futebol, realizada com uma turma de oitavo ano do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Guanambi/Bahia. Tem como intento compartilhar algumas reflexões referentes ao racismo e aos enfrentamentos dos (as) negros (as) ao longo da história desse esporte, alavancando, por conseguinte, o debate acerca da necessidade de se combater manifestações racistas e de reconhecer a pluralidade cultural brasileira. As aulas tiveram como base orientadora a Perspectiva Cultural da Educação Física, proposta por Neira e Nunes (2008), e foram desenvolvidas por meio da prática do mapeamento, da ressignificação, do aprofundamento e ampliação, bem como, da avaliação de todo o processo de tematização. Ao longo dessas ações, com o intuito de fomentar à turma uma leitura crítica sobre o futebol, foi problematizada a história dessa prática corporal, enfatizando as desigualdades raciais e condutas racistas presentes nas suas tessituras. Os (as) alunos (as) pouco conheciam as desigualdades raciais que atravessam a história do esporte e avaliaram positivamente a tematização. Analisa-se como emergente a inserção das questões étnico-raciais no currículo da Educação Física, pois o trabalho pedagógico deste componente pode contribuir de forma significativa para o combate das disparidades da sociedade.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Futebol. Racismo.

Abstract: This writing unfolded from an experience referring to the theme of soccer, carried out with a class of eighth grade of elementary school in a public school in the city of Guanambi/Bahia. It aims to share some reflections regarding racism and the confrontations of black people throughout the history of this sport, thus leveraging the debate about the need to combat racist manifestations and to recognize Brazilian cultural plurality. The classes were based on the Cultural Perspective of Physical Education,

¹ Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP); Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Rede Municipal de Ensino de Guanambi/BA. E-mail: marinetefrota@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0022-6128>.

² Doutorando pelo programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS-UESB). Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marlonmessias@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9618-848X>.

proposed by Neira and Nunes (2008), and were developed through the practice of mapping, reframing, deepening and widening, as well as evaluating the entire process of thematization. Throughout these actions, in order to encourage the class to read critically about soccer, the history of this corporal practice was problematized, emphasizing the racial inequalities and racist behaviors present in their fabric. The students had little knowledge of the racial inequalities that cut across the history of the sport and evaluated the theme positively. The insertion of ethnic-racial issues in the Physical Education curriculum is analyzed as emerging, since the pedagogical work of this component can contribute significantly to the fight against disparities in society.

Keywords: Racism. School Physical Education. Soccer.

Resumen: Este escrito se desarrolló a partir de una experiencia referente al tema del fútbol, realizada con una clase de octavo grado de la escuela primaria en un colegio público de la ciudad de Guanambi/Bahía. Tiene como objetivo compartir algunas reflexiones sobre el racismo y los enfrentamientos de los negros a lo largo de la historia de este deporte, potenciando así el debate sobre la necesidad de combatir las manifestaciones racistas y reconocer la pluralidad cultural brasileña. Las clases se basaron en la Perspectiva Cultural de la Educación Física, propuesta por Neira y Nunes (2008), y se desarrollaron a través de la práctica del mapeo, reencuadre, profundización y ensanchamiento, así como evaluando todo el proceso de tematización. A lo largo de estas acciones, con el objetivo de promover una lectura crítica sobre el fútbol a la clase, se problematizó la historia de esta práctica corporal, enfatizando las desigualdades raciales y los comportamientos racistas presentes en sus tejidos. Los estudiantes tenían poco conocimiento de las desigualdades raciales que atraviesan la historia del deporte y evaluaron la thematization de manera positiva. Se analiza como emergente la inserción de temas étnico-raciales en el currículo de Educación Física, ya que el trabajo pedagógico de este componente puede contribuir significativamente a la lucha contra las disparidades en la sociedad.

Palabras-clave: Educación Física escolar. Fútbol. Racismo.

Introdução

O futebol é um dos esportes mais populares do mundo. No Brasil, é amplamente difundido pelas mídias como um meio de juntar pessoas de todas as idades, classes sociais e etnias. Contudo, de acordo com Martins e Assunção (2013), sua história é demarcada por práticas estereotipadas, machistas, racistas e preconceituosas, de modo que, durante muito tempo, foi um esporte de elite e permitido apenas a homens brancos.

Tais problemas ainda não foram extinguidos do futebol brasileiro. Na atualidade, esse esporte já habita espaços populares e não se trata de uma prática exclusiva de homens brancos e ricos. Todavia, segundo Silva e Paula (2020), negros (as) só são valorizados (as) por causa dos seus atributos físicos e qualidade técnica, apesar de que, em situações de tensão e disputa brancos (as) ainda possam se sentir superiores e serem mais reconhecidos.

Diante desse quadro secular, simultaneamente às lutas pela democratização do país e pelo reconhecimento da pluralidade cultural e étnica que o constitui, pobres, mulheres e negros (as) vêm resistindo aos movimentos excludentes em prol de condições equânimes nos diversos âmbitos da sociedade, que incluem o esporte de modo geral e, especialmente, o futebol.

Considerando o processo histórico do Brasil, marcado por desigualdades sociais, culturais e econômicas e a função social da escola de formar cidadãos para a sua intervenção na vida pública, isto é, de preparar os (as) estudantes para que possam compreender a vida real e se posicionarem diante dela de maneira crítica e autônoma (PEREZ GOMES, 2000), defende-se que esses enfrentamentos não podem ser descartados do currículo escolar, sobretudo, da tematização do futebol nas aulas de Educação Física. Acredita-se que a problematização das práticas de negação e do racismo que atravessam o futebol é primordial para a construção de relações equitativas, para a democratização desse esporte e da sociedade, bem como para o reconhecimento do legado dos povos negros no Brasil.

Racismo, de acordo com Gomes (2017), trata-se de uma questão extremamente complexa, pois está relacionado a um comportamento, uma ação resultante de aversão, de ódio em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial, cujas características podem ser observadas por meio da cor da pele, tipo de cabelo etc.. Para a autora, racismo também é um conjunto de ideias e imagens referentes a grupos humanos, os quais acreditam na classificação e existência de raças superiores e inferiores. Além disso, Gomes (2017) adverte que o racismo é resultante da vontade e de tentativas de imposição de uma verdade ou de uma crença particular como única e verdadeira.

Conforme Muller e Santos (2013), a história do racismo no Brasil tem uma natureza sócio-histórica, de modo que a realidade contemporânea é reflexo de um processo enraizado em diversas áreas da sociedade brasileira. Para Sant`Ana (2005), o racismo é fruto de um processo longo, voltado para a exploração de mão-de-obra, para geração de riquezas e poder e trata-se de um fenômeno ideológico, que se consolida através dos preconceitos, discriminação e estereótipos.

Munanga (1986) afirma que, quando os colonizadores europeus, aproximadamente por volta do século XV, chegaram ao continente africano, o povo negro já tinha uma organização política extremamente elevada. Mas, por conta da destruição objetiva e, conseqüentemente, subjetiva sofrida durante séculos, acabou sendo desvalorizada e marginalizada por todas as comunidades que este povo passou a ocupar.

Acerca disso, Muller e Santos (2013) destacam que as tentativas de homogeneização da identidade nacional, alicerçada na imposição de valores únicos e no silenciamento das diferenças, foram estratégias de dominação e de controle que se tornaram fonte para muitos preconceitos em relação aos (às) negros (as). Nesse sentido, a propagação de uma história apenas com destaques de personagens brancos, grandes feitos ou contribuições dos dominadores ou de uma elite branca produziu imagens de inferioridade e submissão da população negra, condição esta estimuladora de sentimentos de desvalia e de negação da identidade (MULLER; SANTOS, 2013).

Dessa maneira, conforme Munanga (2013), os (as) sobreviventes da escravidão e seus descendentes foram submetidos a um sistema educacional monocultural, eurocêntrico, distante das suas histórias, culturas e visão do mundo. Assim, não conseguiram ingressar de modo representativo no sistema educacional existente, o que reflete no rendimento escolar deles (as) gerando repetência e evasão escolar.

Essa situação, segundo Munanga (2013), é reflexo de fatores econômicos e do racismo brasileiro com suas ambiguidades, nas quais as histórias dos (as) negros (as) são contadas de forma falsificada e por uma ótica estereotipada. Diante disso, o autor chama a atenção para a recuperação da memória, da história, da cultura e da identidade coletiva dos (as) negros (as) na escola, tanto para alunos (as) de ascendência africana, quanto para de outras ascendências étnicas, pois também passaram por uma educação envenenada. Com esse olhar, Oliveira (2006) afirma que “seria um engodo conhecer o Brasil sem conhecer a história dos afrodescendentes. Seria um engodo compreender o Brasil sem antes conhecer a África. Seria uma lástima procurar entender a realidade social brasileira sem compreender a realidade racial do país.” (OLIVEIRA, 2006, p.19).

Com essa ótica, Munanga (2013), ao compreender que leis não são capazes de destruir preconceitos dos sistemas culturais e das sociedades humanas, acredita que a educação pode oferecer possibilidades aos indivíduos para questionar as assimetrias de poder que vitimaram a população negra e fomentar novas relações na sociedade.

Concordando com o autor e considerando as diferentes manifestações de preconceito e o racismo no futebol, defende-se que o trato pedagógico desse esporte contemple ações em prol da desconstrução de práticas de discriminação e de desrespeito enfrentadas por esses povos no Brasil e em outros países.

Ressalta-se que, a partir das Leis 10.639/03 e 11.645/08, é obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do ensino básico. Essas leis, conforme Gomes (2011), voltam-se para a correção das desigualdades que submeteram e submetem negros (as) a condições sub-humanas, para o combate do racismo, da discriminação racial e, também, para o reconhecimento da diversidade étnico-racial e do legado dos (as) negros (as) para o Brasil.

Assim sendo, não se pode permitir que as escolas e a Educação Física persistam em currículos eurocêntricos, homogêneos, monoculturais, classificatórios e racistas, pois a descolonização do currículo escolar, isto é, a desconstrução dos privilégios viabilizados pela escola é condição basilar para a construção de relações justas, em que todos (as) sejam vistos (as) como sujeitos de direitos.

Vale dizer que, conforme Silva (2011), o currículo não é um elemento neutro e desinteressado de conhecimento, ele está intrinsecamente relacionado às estruturas econômicas, culturais e sociais e às relações de poder. Dessa maneira, de acordo com Neira e Nunes (2009), se o que se pretende é formar cidadãos para uma sociedade menos desigual, as temáticas do currículo da Educação Física devem ser confrontadas com as noções de poder que envolvem hegemonia, classe social, gênero, racismo e cultura. Para os autores, tão necessária quanto as vivências corporais é a leitura crítica das relações sociais conectadas às práticas corporais a partir dessas categorias.

Com esse entendimento, em defesa de escolas plurais e equitativas e tendo em vista a perpetuação do racismo na sociedade brasileira, manifestado de forma intensa no futebol, busca-se através desse escrito apresentar algumas experiências resultantes da tematização do futebol realizadas em uma escola pública da cidade de Guanambi/BA e, por intermédio das reflexões por elas permitidas, alavancar o debate acerca da necessidade de combater o racismo no futebol e nos diversos âmbitos da sociedade, bem como de reconhecer os (as) negros (as), suas matrizes culturais e contribuições para a construção da sociedade brasileira.

Caminhos metodológicos

As reflexões deste texto desdobraram-se de uma experiência relacionada a ações pedagógicas desenvolvidas em uma turma de oitavo ano do ensino fundamental, de uma escola do município de Guanambi-BA, região sudoeste do estado da Bahia.

A instituição localiza-se em uma região periférica da cidade e atende alunos (as) da Educação Infantil e dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. A tematização do futebol teve como base orientadora a Perspectiva Cultural da Educação Física, que tem como princípios norteadores o reconhecimento do patrimônio cultural dos (as) alunos (as), a justiça curricular, a descolonização e a ancoragem social dos conhecimentos (NEIRA; NUNES, 2008; NEIRA, 2011).

Com base nesses princípios, o currículo cultural deseja posicionar os (as) estudantes como sujeitos da transformação social e favorecer a construção de uma sociedade mais democrática e justa, mediante a leitura e a interpretação crítica das práticas corporais e do questionamento das relações de poder imbricadas nelas (NEIRA, 2011).

Em vista desse comprometimento e com base nas orientações didáticas do currículo cultural, as ações pedagógicas foram desenvolvidas da seguinte forma:

- Mapeamento: teve como objetivo levantar e conhecer o conhecimento e as percepções dos (as) alunos (as) quanto ao futebol;

- Ressignificação: nessa etapa, buscou-se refletir acerca dos olhares dos (as) alunos (as) em relação ao futebol, direcionando o debate para a necessidade de problematizar o racismo, de combatê-lo e, também, de reconhecer a pluralidade cultural do país.

- Aprofundamento e ampliação: com o objetivo de provocar uma interpretação mais detalhada a respeito das desigualdades raciais no futebol, foram desenvolvidos debates com a turma, utilizando-se de textos referentes à história do futebol e dos enfrentamentos dos (as) negros (as) ao longo dos anos, assim como notícias, fotos, reportagens, tirinhas e vídeos. Nesse ínterim, foi apresentado para os (as) alunos (as) depoimentos de atletas negros, nos quais foram abordados desafios vivenciados por eles no mundo esportivo e fora dele.

Após esse processo de reflexão desenvolvido de forma alternada com vivências práticas do futebol, foi solicitado aos (às) alunos (as) a produção de uma linha do tempo relacionada a esse esporte, na qual os desafios vivenciados pelo povo negro deveriam ser destacados. Buscou-se por essa proposta discutir a respeito dos enfrentamentos dos (as) negros (as), visando a contribuir para a superação da pseudoideia de que os povos africanos e afro-brasileiros foram omissos aos percalços da escravidão. Por todo o mundo, mas especificamente no Brasil, as lutas foram constantes no cotidiano deles (as). Em seguida, através de uma roda de conversa, os (as) alunos (as) deveriam expor o ponto de vista em relação à problemática do racismo na sociedade e, sobretudo, no âmbito do futebol.

- Avaliação: com base nessa perspectiva pedagógica, a avaliação deve ser realizada ao longo de todo o processo de tematização, contudo, com o objetivo de analisar o posicionamento da turma em relação ao trabalho desenvolvido, realizou-se uma avaliação final, por meio da escuta dos (as) alunos (as).

As informações necessárias registradas para a elaboração deste relato foram produzidas no contexto da intervenção pedagógica e, posteriormente, sistematizadas e analisadas. Essas informações foram levantadas por meio de registros realizados cotidianamente, nos quais foram transcritos os detalhes e impressões referentes ao desenvolvimento das aulas e aos seus acontecimentos. Dessa maneira, são apresentadas neste texto, as atividades desenvolvidas e as reflexões por elas permitidas.

Os enfrentamentos do povo negro no futebol brasileiro e o papel da Educação Física escolar

A compreensão dos enfrentamentos do povo negro no futebol brasileiro perpassa pelo entendimento da história desse esporte no Brasil. De acordo com Máximo (1999), a história do futebol brasileiro ainda está para ser contada, pois não se dedicou a ela o tempo, a abrangência e o aprofundamento devidos. Contudo, para o autor, a história dessa modalidade esportiva no Brasil é dividida em várias fases, sendo elas:

[...] em fases que refletem o que o esporte vem representando ao longo do tempo na sociedade brasileira, sucessivamente como passatempo de poucos, esporte da elite, elemento de integração, paixão popular, profissão, meio de afirmação nacional, instrumento político, uma arte brasileira e finalmente como negócio milionário e global dentro do qual o Brasil representa importante papel (MÁXIMO, 1999, p.183).

Atravessam essas fases as histórias relacionadas ao nascimento do futebol no Brasil. Todavia, a referente a Charles Miller foi bastante difundida, ganhou legitimidade e tornou-se uma verdade no país acerca desse esporte. Conforme Máximo (1999), mesmo havendo relatos de holandeses que jogavam bola nas areias de Recife (1980), de ingleses que improvisavam rachas nas praias da Glória carioca (1874), de funcionários de uma firma paraense de navegação que enfrentavam outros de uma companhia de gás em Belém (1890), além de outras narrativas,

legitimou-se no Brasil, de forma documentada, a versão de que Charles Miller é o “pai” do futebol neste país.

Charles Miller nasceu em São Paulo e era filho de um importante industrial inglês. Aos nove anos de idade foi para a Inglaterra com o intuito de estudar. Ao retornar para o Brasil em 1894, Miller trouxe bolas, uniformes e, também, regras aprendidas. Com esse material e aprendizado propagou o esporte entre as elites paulistanas. Nessa época, São Paulo recebia muitos imigrantes e um grande fluxo de capital externo. Os ingleses, que formavam uma grande parcela dos investidores e eram pertencentes à classe média e alta, foram os primeiros jogadores de futebol (MAGALHÃES, 2010).

Neste período, de acordo com Magalhães (2010), o futebol era impreterivelmente uma atividade de lazer e um meio de confraternização das elites. Porém, segundo a autora, mesmo com grandes esforços das classes altas para impedir a popularização desse esporte, não demorou muito para ele chegar às classes sociais mais baixas. Esse processo se deu simultaneamente ao avanço da indústria e do aumento de operários. Há relatos de que, desde 1903, trabalhadores das indústrias e moradores dos bairros jogavam futebol e já se organizavam em clubes, condição esta que dividiu o esporte entre os times das elites e os times populares, iniciando processos de disputas e lutas pela democratização do esporte, especialmente, com a participação de negros (MAGALHÃES, 2010).

Ressalta-se que nessa época o racismo marcava o futebol brasileiro de forma mais intensa do que nos dias atuais, pois sendo um esporte de elite e frente às condições submetidas às pessoas negras no país, estas eram proibidas de jogar. Conforme Máximo (1999), o futebol era declaradamente racista, de modo que, em 1921, por exemplo, o presidente da República Epitácio Pessoa recomendou que mulatos não fossem incluídos na seleção brasileira que iria participar do Campeonato Sul-Americano em Buenos Aires, pois o país deveria ser representado por uma “melhor sociedade”.

Esta condição durou muitos anos. O processo voltado para a democratização do futebol e para a inserção dos negros foi longo. No século XIX, o Brasil vivenciava o auge do pensamento racial, cuja compreensão considerava a miscigenação a causa dos problemas e do atraso social brasileiro, bem como classificava pessoas negras como inferiores (BALZANO; OLIVEIRA; PEREIRA FILHO, 2010).

Nesse processo de enfrentamentos, um dos momentos mais árduos vivenciados pelos negros estava relacionado à inserção deles nos grandes clubes e principais campeonatos do

futebol brasileiro (MÁRIO FILHO, 2003). Algumas histórias ficaram bastante conhecidas, como o caso de Carlos Alberto, que foi inserido em um clube elitista do Rio de Janeiro e precisava passar pó de arroz no rosto para disfarçar sua cor, pois os jogadores negros só podiam ocupar o campo se realizassem branqueamentos artificiais (MAGALHÃES, 2010). Contudo, de acordo com Máximo (1999), a profissionalização do esporte, que teve uma causa conservadora, abriu caminhos para que o futebol também fosse praticado por negros, pois se em primeiro momento a elite queria manter esse esporte como prática exclusiva, sua popularização tornava-se uma maneira de controlar a classe trabalhadora.

Dessa maneira, muitos anos se passaram e as demandas do país, que requeriam maior participação popular, acabaram tornando-se fatores para a profissionalização do futebol. Na era Vargas, o presidente Getúlio, buscando controlar esse esporte, ampliar a base social do governo e de criar a ilusão de democracia racial no país, estimulou a profissionalização do futebol (MAGALHÃES, 2010).

Outros fatores também impulsionaram a profissionalização e a inserção dos negros no futebol. A partir da vitória brasileira sobre os uruguaios, no final do campeonato Sul-Americano em 1919, no qual Friedenreich, filho de judeu alemão com negra brasileira, marcou o gol decisivo, novos olhares foram possibilitados a jogadores negros. Dessa maneira, os clubes que perdiam campeonatos e rejeitavam jogadores negros resolveram decretar um regime, aceitando a participação de jogadores de qualquer raça ou condição social (MAGALHÃES, 2010; MAXIMO, 1999).

Nesse ínterim, o posicionamento do Vasco da Gama, fundado em 1898, em admitir negros e mestiços em seus quadros incomodava bastante as elites. No entanto, isso abriu caminhos para que mais clubes fizessem o mesmo e, também, para a profissionalização do esporte. Além disso, o destaque de jogadores negros pela seleção brasileira, como Leônidas da Silva e Domingos da Guia, foi importante para o avanço da desmitificação do negro no futebol, de modo que esses jogadores se tornaram exemplos do esporte (MAGALHÃES, 2010).

Entretanto, essa abertura para a inserção dos negros no futebol não ocorreu por acaso, tampouco em uma perspectiva de inclusão e reconhecimento. Outras fronteiras foram demarcadas a fim de manter a classificação entre brancos e negros. Conforme Magalhães (2010), nesse processo, o fator econômico e as torcidas tornaram-se elementos impulsionadores para a democratização do esporte. As torcidas pressionavam os dirigentes dos clubes para a contratação de melhores jogadores independentemente de sua classe social ou etnia. Todavia,

o preconceito contra os atletas permaneceu de forma intensiva, de modo que o futebolista era visto como um sujeito marginal na década de 1930. Além disso, em diversos casos de derrotas dos clubes, as perdas eram atribuídas aos negros da equipe.

Essa condição de segregação, de racismo e de discriminação perdura até os dias atuais. A imprensa e as redes sociais constantemente mostram manifestações de preconceito vivenciados por jogadores (as) negros (as) em campo, principalmente, no futebol masculino, tendo em vista a sua popularidade. No país de Pelé e de diversos negros (as) que se destacaram e se destacam tanto no futebol masculino quanto no feminino, conforme Damo (2005), o (a) jogador (a) negro (a) continua a enfrentar o racismo, expressado em diversas condições, entre elas, as relacionadas aos contratos e à forma como são tratados em campo.

Diante desse quadro, a discriminação racial enfrentada por pessoas negras no Brasil, nos diferentes espaços sociais, culturais e políticos, ainda é uma questão emergente de debate e problematização, pois o racismo ainda é fortemente produzido, reproduzido e materializado neste país por meio de tentativas de silenciamento dos (as) negros (as), muitas das vezes, alicerçadas no mito da democracia racial. Segundo Gomes (2017), tal democracia trata-se de uma corrente ideológica voltada para a negação da desigualdade racial entre brancos (as) e negros (as) como fruto do racismo e a partir da afirmação de que existem entre esses grupos igualdades de oportunidades e de tratamentos. Para Munanga (2004), esse pensamento atrasou o debate acerca do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro e para a implementação de políticas públicas direcionadas para a população negra.

Nesse sentido, a escola, ambiente de vivência de conflitos raciais e que tem um papel de formação crítica voltado para a cidadania dos sujeitos, não pode abdicar do debate das questões étnico-raciais, do racismo, do preconceito e discriminação imbricados na história do país. Embora existam leis para uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (Lei 10.639/03 e 11.645/08) que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras e que visam à problematização acerca dos enfrentamentos da população negra e indígena no país, ainda não há um trabalho escolar abarcando todos os componentes curriculares quanto à questão.

Conforme Candau (2008), a escola sempre teve dificuldade de lidar com a pluralidade, o que ela chama de daltonismo cultural e que se trata de uma tendência a não reconhecer as diferenças étnicas, de gênero, de origens ou a torná-las invisíveis em sala de aula, seja pelo

despreparo docente para lidar com estas questões, pela naturalização da multiculturalidade ou por considerar mais adequado agir centrando no grupo “padrão”.

Contudo, o processo educativo deve se constituir como um instrumento democrático direcionado para a desconstrução das desigualdades culturais, sociais e raciais, assim como para o fomento da construção de relações justas. Desse modo, no que se refere ao papel da Educação Física, urge o questionamento das relações de poder que atravessam as múltiplas práticas corporais, a exemplo do futebol, que tem suas raízes no auge do pensamento racial, é demarcado por manifestações e práticas preconceituosas e racistas nos estádios e, também, em cargos de treinamentos e direções dos principais clubes do Brasil.

Segundo Neira e Nunes (2009), o currículo da Educação Física, ao problematizar a história de algumas modalidades esportivas, permitirá aos (às) alunos (as) perceber que determinados esportes possuem trajetórias imbricadas em traços de opressão e/ou de imposição de valores dos grupos de origem a outros grupos. Os autores chamam a atenção para a importância da investigação do processo de formação e do contexto histórico e político no âmbito da tematização das práticas corporais, pois essa ação pode fornecer informações significativas para a compreensão dos processos de subordinação viabilizados pelas relações de poder.

Ainda de acordo com Neira e Nunes (2009), a ausência de um trabalho voltado para desconstrução dos arranjos assimétricos característicos das manifestações corporais nos diferentes contextos permite que os (as) estudantes continuem sendo vítimas de perspectivas geralmente relacionadas às finalidades mercadológicas de consumo e estética, condição que leva à negação de práticas provindas dos meios populares e a perpetuação de discursos preconceituosos.

Diante disso, a problematização das questões étnico-raciais e do racismo por meio da tematização do futebol direciona-se a uma formação crítica dos sujeitos, de modo que sejam capazes de analisar a realidade perante sua estrutura e contradições, além de intervir nela em prol de condições equitativas, plurais e descolonizadas. De acordo com Munanga (2005, p.17), “a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados”. Nessa direção, um trabalho pedagógico que indague as relações de poder pode contribuir para a autoafirmação de estudantes negros (as), pois essa perspectiva de trabalho focada em denúncias e reflexões pode

desencadear mudanças de hábitos, pensamentos, sentimentos e olhares em relação a aspectos que envolvem os sujeitos e seus contextos.

Resultados e Discussões

Ao iniciar a tematização do futebol mediante a prática do mapeamento, com o intuito de incentivar os (as) alunos (as) a expor seus olhares e posicionamentos em relação a esse esporte no Brasil e no mundo, algumas indagações foram lançadas. Por meio de questões como “O futebol é um esporte democrático?”, “Todos os (as) jogadores (as) têm o mesmo tratamento dentro e fora do campo?”, buscou-se analisar se a turma percebia manifestações de racismo e outras condições de desigualdades no âmbito do futebol.

De imediato, a turma, empolgada por se tratar de uma temática tão apreciada e esperada, não se dispôs a falar a respeito das questões, abordando apenas aspectos vinculados à forma como o futebol é apreciado pelos (as) brasileiros (as), com exceção de algumas alunas que expuseram suas angústias em relação aos estereótipos e tentativas de exclusão³ por parte dos meninos durante as vivências. Contudo, mediante à insistência da professora quanto às questões, a turma pôs-se a pensar e aos poucos foi relatando situações enfrentadas por atletas negros (as) dentro de campo. Os (as) alunos (as) relataram também, situações de racismo enfrentadas por eles (as) em contextos diversos.

Considerando os cenários elencados pela turma, a história do Brasil e do futebol refletiu-se sobre a necessidade de combater o racismo, simultaneamente às lutas por um país democrático, plural, em que todos (as) sejam vistos como sujeitos de direitos. Durante as discussões, a turma sempre expressava com indignação acerca de estereótipos e práticas racistas. No entanto, não vislumbrava caminhos de combate. Céticos quanto à problemática, a maioria dos (as) alunos (as) entendia que cabiam às pessoas negras ignorar situações e práticas racistas.

Notou-se, também, que alguns (mas) alunos (as) negros (as) não se sentiam à vontade para discutir o assunto, apresentavam-se de forma receosa. Essa situação pode estar vinculada

³ Mesmo não havendo uma problematização aprofundada acerca das questões de gênero durante a tematização, estas não foram ignoradas. Ao chamar a atenção quanto aos enfrentamentos da população negra no futebol, abordou-se também as barreiras que atravessam a história do futebol feminino no Brasil. Além disso, não foi permitido que as aulas/vivências do futebol tornassem privilégios dos meninos da turma.

às representações estereotipadas em relação às pessoas negras, as quais são reproduzidas pela escola através de seus currículos, que, historicamente, negam a pluralidade cultural e a população negra, bem como suas contribuições no processo de desenvolvimento social, político e econômico da sociedade.

O posicionamento dos (as) alunos (as) chama a atenção para os marcadores simbólicos que criam fronteiras rígidas entre grupos culturais, para os processos de negação da alteridade e, também, para as tentativas de apagamento da cultura afro e afro-brasileiro, nas quais, a identidade negra é submetida a uma condição de inferioridade nos diferentes campos da sociedade, de modo que, muitas vezes, os sujeitos não se percebem como sujeitos de direitos. Segundo Fernandes e Souza (2016), na sociedade brasileira, assim como em outras, as representações validadas são construídas por discursos hegemônicos e capazes de representar um grupo social em detrimento de outro. Conforme as autoras, essas representações foram arquitetadas por meio de um olhar eurocêntrico classificatório, que estabelece como norma padrão o homem, branco, cis, heterossexual e cristão. Aqueles (as) que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, o que, evidentemente, precisa ser colocado em xeque no currículo escolar para que os (as) estudantes, desde cedo, saibam questionar a sua realidade e intervir sobre ela.

Diante desse quadro de disparidades, o qual dificulta processos de autoafirmação e o reconhecimento da pluralidade cultural, Gomes (2006) defende a construção de um novo olhar sobre a cultura afro-brasileira, reconstruindo os ritos e representações. Essa reconstrução perpassa pelo questionamento da realidade, pela inserção crítica das questões étnico-raciais no currículo e, também, pela desconstrução das relações binárias, estereotipadas e racistas.

Dando continuidade à tematização do futebol e com o objetivo de aprofundar e ampliar as discussões quanto as desigualdades raciais presentes nesse esporte, foram desenvolvidos debates acerca da sua história e dos enfrentamentos dos (as) negros (as) ao longo dos anos, por meio de notícias, tirinhas, vídeos e textos. Nessa atividade, os (as) alunos (as) puderam conhecer e problematizar fatos como o branqueamento dos jogadores negros para poderem jogar e a culpabilização desses jogadores por derrotas de clubes. Puderam conhecer também, de forma sintetizada, as influências políticas, sociais e culturais na história do futebol, memórias de jogadores que se destacaram nessa prática esportiva, assim como situações de racismo vivenciadas por eles dentro e fora do campo.

Por intermédio dessa atividade, observou-se que, embora o futebol seja popular, os (as) alunos (as) pouco conheciam as raízes desse esporte no Brasil e sua conexão com as questões do âmbito político, social e cultural da sociedade. Tal condição demonstra a emergência da inserção e problematização das questões étnico-raciais no currículo e reivindica ressignificações quanto ao papel da Educação Física escolar.

Na perspectiva de continuidade das reflexões, foi solicitado aos (às) alunos (as) a construção de uma linha do tempo, abordando as condições raciais que perpassaram e perpassam a história do futebol. Após essa construção, através de uma roda de conversa, os (as) alunos (as) expuseram os olhares construídos mediante o trabalho e, também, o posicionamento acerca da problemática. Por meio dessa atividade, percebeu-se que os (as) estudantes, até aqueles (as) mais tímidos, conseguiram expor suas angústias em relação ao racismo e alguns (mas) deles (as) já pontuaram a necessidade de resistências das pessoas negras, em prol do reconhecimento das múltiplas culturas brasileiras e das identidades negras.

Após isso, realizou-se com a turma uma avaliação acerca da tematização. Os (as) alunos (as), mesmo apresentando o interesse de que todas as aulas fossem voltadas apenas para vivências práticas, sinalizaram positivamente quanto à problematização. Com esse resultado e diante da emergência de uma sociedade democrática e de escolas plurais, chama-se a atenção para a forma pela qual as práticas corporais são tematizadas na escola. A tematização das práticas corporais requer uma leitura crítica, pois elas são imbricadas por valores, crenças, culturas e relações de poder (NEIRA; NUNES, 2009).

Desse modo, Neira (2018) propõe a formação de cidadãos que constatem e questionem as assimetrias de poder, as quais historicamente classificaram grupos e dificultaram o reconhecimento das diferenças. Conforme o autor, é preciso compreender as raízes e razões da opressão, da construção das desigualdades, das diferenças e dos estereótipos. Para ele, é preciso fortalecer os grupos excluídos, possibilitando-os participar do processo democrático. Assim, é importante indagar por que determinadas práticas corporais são vistas como válidas e inválidas para certos grupos e, também, para constituir o currículo escolar.

Com esse entendimento, defende-se a inserção das questões étnico-raciais no currículo da Educação Física, no sentido de questionar a hegemonia e os privilégios brancos, combater o racismo e viabilizar relações equitativas no âmbito das práticas corporais.

Vale ressaltar que, ao compreender que as manifestações de racismo estão presentes em todos espaços da nossa sociedade, logo também na escola e na sala de aula, observou-se o

comportamento e o posicionamento dos (as) alunos (as) no decorrer das vivências teóricas e práticas. Todavia, não foi percebido nenhum tipo de manifestação nesse processo de tematização.

Considerações Finais

O texto teve como intento apresentar experiências resultantes da tematização do futebol e, mediante as reflexões por elas permitidas, alavancar o debate acerca da necessidade de combater o racismo nesse esporte e nos diversos campos da sociedade, além de reconhecer os (as) negros (as), suas matrizes culturais e contribuições para a sociedade brasileira.

Observou-se ao longo da tematização que, embora o futebol seja popular, a turma pouco conhecia acerca das desigualdades raciais imbricadas no percurso histórico desse esporte. Assim, a problematização dessa prática esportiva foi direcionada para o debate quanto as manifestações de racismo e aos enfrentamentos da população negra ao longo dos anos e, também, nos dias atuais.

Foi percebido que os (as) alunos (as), mesmo desejando vivências livres durante as aulas, consideraram positiva a forma como se deu a tematização do futebol, de modo que, ao final do processo, alguns (mas) deles (as) já se posicionavam a favor do combate ao racismo e do reconhecimento da pluralidade cultural brasileira.

Dessa maneira, considera-se importante que as relações de poder entrelaçadas nas práticas ancestrais, orais e corporais sejam questionadas, a fim de suprimir os estereótipos, as manifestações de preconceito e de discriminação racial e, também, arquitetar relações equânimes entre os diferentes sujeitos e grupos sociais e culturais. Nesse sentido, é fundamental que as questões étnico-raciais sejam inseridas criticamente no currículo da Educação Física escolar, pois este componente pode contribuir de forma significativa para o combate das desigualdades, para a formação de sujeitos críticos e ativos e, portanto, para a construção de uma sociedade democrática.

Referências

BALZANO, Otávio Nogueira; OLIVEIRA, Daniel Maia Nogueira de; PEREIRA FILHO, José, Mário. A retrospectiva histórica da discriminação e inserção dos jogadores de origem negra no futebol brasileiro. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 15, nº 149, Octubre de 2010.

Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd149/discriminacao-dos-jogadores-de-origem-negra.htm>. Acesso em: 08 out. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. (Org.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal rio Grande do Sul, Porto alegre, 2005.

FERNANDES, Barboza Viviane; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 63, abril, p. 103-120, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lúcia Maria da Assunção.; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Portal Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Relações Étnico-raciais e a Lei 10.639/03. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-639032/?gclid=CjwKCAjwkoz7BRBPEiwAeKw3qxHv5zP01K0_WxdWqldFs8MjL3QGBzgqe6HivEIA-wc4giUlaseb0hoCxZUQAvD_BwE. Acesso em: 08 out. 2020.

MAGALHÃES, Lília Gonçalves. **Histórias do Futebol**. São Paulo, 2010.

MARIO FILHO, Rodrigues. **O negro no futebol brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARTINS, Débora Nascentes; ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. Bichas, macacos, marias: narrativas de opressão, invisibilidade, preconceito e resistência no futebol. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas** v. 4, n. 7, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20767>. Acesso em: 08 out. 2020.

MÁXIMO, João. **Memórias do futebol brasileiro**. Estudos Avançados, 1999.

MULLER, Tânia Mara Pedroso; SANTOS, Jorge Luiz Rodrigues dos. A presença/ausência da história e cultura negra na escola. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org). **Relações Étnico-raciais e Diversidade**. Editora Alternativa, Niterói, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. revisada. Brasília: MEC/SECAD. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Editora Ática S.A, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Educação e Diversidade Étnico-cultural: importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). **Relações Étnico-raciais e Diversidade**. Editora Alternativa, Niterói, 2013.

NEIRA, Marcos Garcia. **A Reflexão e a Prática no Ensino**: Educação Física. São Paulo, Brucher, 2011.

NEIRA, Marcos Garcia. O Currículo Cultural da Educação Física: pressupostos, princípios e orientações didáticas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.16, n.1, p. 4-28 jan./mar.2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27374>. Acesso em: 08 out. 2020.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Pedagogia da Cultura Corporal**: críticas e alternativas, 2 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PEREZ GÓMEZ, Angel Ignácio. As funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: GIMENO SACRISTAN, José; PEREZ GÓMEZ, Angel Ignácio. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2 ed. revisada, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. – 3. ed., 3º reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Fábio Henrique Alves da; PAULA, Ângela de Figueiredo Paula e. Os Impactos do Racismo na Subjetividade do Jogador de Futebol Negro. **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol.40 no.spe Brasília 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DSdQCbppgCb9BQcG75htG4p/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Recebido em: 04 de novembro de 2020.

Aprovado em: 13 de julho de 2021.